

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR  
DE ESTUDO E PESQUISA DO  
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO  
ANO XVI  
VOLUME 24  
NÚMERO 1  
(JAN-JUN)  
2016  
PP. 175-197.

## **HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO SISTEMA POSITIVO DE ENSINO: DAS LUTAS AO MATERIAL DIDÁTICO**

(HISTORY AND AFRO-BRAZILIAN CULTURE IN TEXTBOOKS OF POSITIVE EDUCATION SYSTEM: THE STRUGGLES TO COURSEWARE)

DRA. ANA MARIA MARQUES

*Professora da Universidade Federal de Mato Grosso*  
*anamariamarques.ufmt@gmail.com*

ME. WELINGTON ERNANE PORFÍRIO

*Professor da Educação Básica da Rede Estadual e Particular do Estado de Mato Grosso*  
*historiamt@msn.com*

**RESUMO:** O presente trabalho questiona a aplicação da Lei nº 11.645/2008, que instituiu, junto com a obrigatoriedade do estudo da história e das culturas dos povos indígenas, também a obrigatoriedade do ensino da história da África e da cultura afro-brasileira, que já estava posto desde 2003. Abordamos as reivindicações e lutas a partir do Movimento Negro. Buscamos analisar livros do Sistema Positivo para o Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano), as mudanças e/ou permanências de conceitos e explicações acerca da cultura afro-brasileira para a disciplina de História.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sistema Positivo de Ensino; ensino de História; negros.

**ABSTRACT:** This work questions the application of the Law 11.645/2008, which established, along with the obligation of the history and cultures of indigenous peoples, also the obligation of African history teaching and african-brazilian culture, which was laid since 2003. We cover the demands and struggles from the Black Movement. We analyze books Sistema Positivo for Elementary Education II (6th to 9th year), changes and/or permanence of concepts and explanations about the african-brazilian culture to the discipline of History.

**KEYWORDS:** Sistema Positivo de Ensino; history studies; black.

## INTRODUÇÃO

Por meio da Lei nº 10.639/2003, nos seus artigos 26-A e 79-B, foi determinada a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira no Ensino Fundamental e Médio nos estabelecimentos de ensino públicos e privados no país. Em 2008, o texto dessa lei foi ampliado e originou a Lei nº 11.645/2008, que acrescentou o estudo da história e das culturas dos povos indígenas: “Artigo 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”.

Para este artigo, escolhemos analisar o material do Sistema Positivo de Ensino. A Editora Positivo edita, publica e comercializa livros didáticos, paradidáticos e de literatura. Com seus sistemas de ensino, está presente em mais de 1.300 municípios e 5 mil escolas no Brasil e no Japão. O Grupo Positivo atua no mercado desde 1972 e oferece dois sistemas de ensino: o Sistema Positivo de Ensino, voltado à rede de escolas particulares, e o Sistema de Ensino Aprende Brasil, adotado por centenas de municípios brasileiros. Para a elaboração e o desenvolvimento de todos os materiais,

a empresa conta com um Centro de Pesquisas, no qual atuam mais de 200 profissionais, entre autores, professores, editores, analistas e pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento, cujos nomes não são citados nos livros didáticos.

Os livros didáticos destinados às escolas públicas, por sua vez, passam pelo crivo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e cada coleção tem autores específicos, conforme normas do Ministério da Educação.

Esta pesquisa tem a intenção de saber como se revela a presença do negro no material didático do Sistema Positivo desenvolvido para o ensino privado, que atinge tantas escolas e municípios brasileiros.

Ao abordar a questão das representações do negro nos livros didáticos, Renilson Ribeiro (2008, p. 77) enfatiza que:

[...] em diferentes momentos da história da educação do Brasil não foram apenas reprodução ou “vulgarização” de discursos elaborados em outros lugares. Eles, por exemplo, também criaram suas versões didáticas sobre a “raça preta ou etiópica”, numa expressão de Von Martius, e povoaram os imaginários de gerações de leitores-alunos com

estereótipos e preconceitos sobre aqueles que não se enquadravam nos modelos de civilização desejados pelo discurso eurocêntrico para a humanidade. Representações que a cada dia ganham novas leituras e vestimentas, mas que não deixam de criar os “outros”, os “exóticos”, os “anormais”, as “raças inferiores”, os “pobres coitados” da História; aqueles que se sentam à margem, quando não são forçados a serem eternamente servos no banquete nacional nos trópicos, reservado somente para os eleitos. Aqueles que construíram para si o lugar de honra e, para os outros, o de *submissos*.

Schmidt e Cainelli (2004) asseveram que uma história de exclusão, tanto de sujeitos como de ações e lutas sociais, fundamenta-se em uma historiografia tradicional positivista, eurocêntrica e linear, organizada com base nos marcos e fatos da política institucional, sequencialmente colocados. Essa história excludente repassa aos estudantes a ideia de que eles não fazem história e de que ela é feita por e para poucos.

Por isso, vamos abordar a questão do negro, percorrendo sobre a história das lutas do Movimento Negro para fazer valer seus direitos.

## MOVIMENTO NEGRO

Os movimentos sociais populares ocorridos no Brasil, e em outros países da América Latina, ganharam espaço e marcaram o século XX com articulações importantes para o ensino de História. Em primeiro lugar, é necessário descrever que não se pode pensar o antirracismo no Brasil sem valorizar especificamente o papel relevante e fundamental que os movimentos sociais desempenharam. O Movimento Negro traçou uma trajetória intensa, sofrida e primordial, e suas reivindicações, proposições e estratégias de ação política na luta antirracista constituíram inflexões importantes na e para a História do Brasil.

Um ano após a “abolição da escravatura”, em 1888, tiveram início as primeiras mobilizações entre a população negra. Antes disso, os movimentos eram clandestinos e tinham como principal objetivo libertar os negros, a exemplo das revoltas que aconteciam e da fuga para os quilombos. Eram negros que resistiam contra o racismo, a escravidão e a opressão.

Em 1926, foi fundado o Centro Cívico Palmares, reconhecido como entidade política. Em 1931, a Frente Negra Brasileira (FNB), que se aprofundou nos temas do

Centro de Palmares, atingiu reconhecido nível de organização e atuação. Havia participantes em comum nas duas organizações, inclusive em sua liderança, já que Arlindo Veiga dos Santos havia sido presidente do Centro Cívico Palmares e foi também o primeiro presidente da FNB, e alguns de seus militantes propunham até mesmo uma ligação direta entre a criação de ambas as organizações. Em 1925, o jornal *O Clarim d'Alvorada* noticiava sobre as origens do Centro Cívico Palmares:

Em 1925, clamava pela criação do Congresso da Mocidade dos Homens de Cor, “um grande partido político composto exclusivamente de homens de cor”. Esses apelos não produziram resultados imediatos, mas sem dúvida foram parte do impulso subjacente à fundação, em 1926, do Centro Cívico Palmares. Assim chamado em homenagem ao quilombo de Palmares do século XVII, o centro originalmente destinava-se a proporcionar uma biblioteca cooperativa para a comunidade negra. A organização logo progrediu e passou a patrocinar encontros e conferências sobre questões de interesse público, e em 1928 lançou uma campanha para derrubar um decreto que proibia aos negros ingressarem na milícia do

Estado, a Guarda Civil. O centro foi bem-sucedido ao requerer do governador Júlio Prestes que suspendesse o decreto, e depois o convenceu a derrubar uma proibição similar que impedia as crianças negras de participarem de uma competição patrocinada pelo Serviço Sanitário de São Paulo para encontrar o bebê mais “robusto” e eugenicamente desejável do Estado (ANDREWS, 1998, p. 227).

A biblioteca cooperativa para a comunidade negra já era o objetivo maior desse movimento negro, que nasceu preocupado com a educação e ampliou a atuação política e a apresentação de suas demandas à sociedade e aos poderes públicos. Isso trouxe ao movimento a inclusão de afro-brasileiros nos quadros da Guarda Civil de São Paulo e a perceptível valorização da história do quilombo dos Palmares como exemplo de luta dos negros no Brasil.

Amilcar Araujo Pereira faz referência a uma chamada no jornal *O Clarim d'Alvorada*, em 1929, quando se inicia uma campanha em prol da realização do primeiro Congresso da Mocidade Negra do Brasil em São Paulo:

O *Clarim d'Alvorada*, à frente de um pugilo de moços bem intencionados, lança, com fé de realizar, as primeiras sementes para a concretização de um antigo sonho nosso: a organização do 1º Congresso da Mocidade Negra do Brasil. Isto porque, para tratarmos de assuntos de grandes vultos e de interesses patrióticos e raciais, é nosso dever, é dever de todos negros e mestiços sensatos, apoiarem esta iniciativa (PEREIRA, 2010, p. 29).

Nota-se que já havia interesse em juntar “negros e mestiços” para discutir os temas relativos às suas causas. Fato recorrente no movimento negro até os dias atuais. Outra notória preocupação na pauta das reivindicações era a educação, mostrava ainda o jornal na edição de 7 de abril de 1929:

Em quarenta anos de liberdade, além do grande desamparo que foi dado aos nossos maiores, temos a relevar, com paciência, a negação de certos direitos que nos assistem, como legítimos filhos da grande pátria do cruzeiro. Se os *conspícuos patriotas desta República não cuidaram da educação dos negros, o nosso congresso tratará desse máximo problema que está latente na questão nacional [...]*. Para os relegados filhos e netos dos épicos e primitivos

plantadores do café, que foi e é a base de toda a riqueza econômica do nosso país, essa é a marcha do porvir. [...] O Congresso da Mocidade Negra tem que se realizar, muito embora os trãnsfugas pensem que a raça não esteja preparada para o certame, dentro da estabilidade essencial. Porém, a raça espoliada fará o seu congresso, entre as angústias e as glórias do seu antepassado, baseando-se nas esperanças de uma nova redenção para a família negra brasileira (*apud* PEREIRA, 2010, p. 30).

Apesar de não ter acontecido, o Congresso da Mocidade Negra veiculado pelo grupo do jornal *O Clarim d'Alvorada* foi mantido como proposta, e a campanha construída tornou-se referencial para a realização, anos mais tarde, de vários congressos de negros.

Dessa forma, a Frente Negra estabeleceu um projeto político de inclusão dos negros na sociedade brasileira que os excluía. Nos estatutos da Frente afirmava-se que a entidade visava à elevação intelectual, moral, artística, profissional e física; além da proteção e defesa social, econômica e do trabalho.

A educação foi a maior luta da Frente Negra, que chegou a ser denominada por Benedito Vaz Costa (1937)

de Templo de Luz. “A Frente Negra Brasileira é um templo! Templo de Luz, porque é uma vasta escola onde nosso espírito se elucida, se esclarece e adquirimos os ensinamentos necessários para vencermos os árduos embates da luta da vida” (DOMINGUES, 2007, p. 517).

A unidade pretendida pela Frente Negra teve resultados concretos, com muitos filiados em todo o Brasil e ramificações em vários estados. No Recife, o poeta Solano Trindade chegou a criar a Frente Negra Pernambucana. A carteirinha da Frente valia como um documento de identidade. A Frente foi registrada como partido político. O primeiro partido político negro brasileiro. Em 1937, um decreto de Getúlio Vargas que colocava na ilegalidade todos os partidos políticos atingiu também a Frente Negra, provocando seu fechamento.

A Frente Negra Brasileira mobilizou diversos outros grupos de mesmo cunho à participação e se tornou muito popular. As mulheres também passaram por diversos preconceitos, muitos recorrentes ainda hoje. No movimento, elas tinham participação ativa. Estavam presentes nos encontros e reuniões, assumiam diferentes funções, organizavam festas, bailes e demais comemorações. A causa que unia homens e mulheres negros era a da negritude.

Em 1945, os movimentos negros estavam mais enfraquecidos em consequência da ditadura do Estado Novo. No entanto, um deles foi exceção: o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado por Abdias do Nascimento. Ele foi um ativista do movimento negro, professor, deputado, secretário estadual e senador, além de ator e escultor. A trajetória política de Abdias do Nascimento, sempre relacionada à questão racial no Brasil, pode ser vista, ela própria, como um elemento de continuidade no movimento negro que se constituiu em diferentes períodos do Brasil republicano. Em 1944, Abdias foi a principal liderança na criação do Teatro Experimental do Negro e, em 1978, também participou da criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em São Paulo.

O TEN foi fundado com o objetivo de ser uma companhia de produção teatral, mas assumiu outras funções culturais e políticas logo após sua criação. “Além de montar peças como *O Imperador Jones*, de Eugene O’Neill (1945), e *Calígula*, de Albert Camus (1949), o TEN foi a força propulsora do jornal *Quilombo* (1948-1950) e de campanhas de alfabetização em pequena escala, além de cursos e ‘iniciação cultural’, entre 1944 e 1946” (HANCHARD, 2001, p. 129 *apud* PEREIRA, 2010, p. 33-34).



Abdias do Nascimento relata o que o levou a investir no TEN, detalhando sua reflexão ao assistir a uma peça teatral fora do Brasil:

Várias interrogações suscitaram ao meu espírito a tragédia daquele negro infeliz que o gênio de Eugene O'Neill transformou em *O Imperador Jones*. Isso acontecia no Teatro Municipal de Lima, capital do Peru, onde me encontrava com os poetas Efraín Tomás Bó, Godofredo Tito Iommi e Raul Young, argentinos, e o brasileiro Napoleão Lopes Filho. Ao próprio impacto da peça juntava-se outro fato chocante: o papel do herói representado por um ator branco tingido de preto. Àquela época, 1941, eu nada sabia de teatro, economista que era, e não possuía qualificação técnica para julgar a qualidade interpretativa de Hugo D'Evieri. Porém, algo denunciava a carência daquela força passional específica requerida pelo texto, e que unicamente o artista negro poderia infundir à vivência cênica desse protagonista, pois o drama de Brutus Jones é o dilema, a dor, as chagas existenciais da pessoa de origem africana na sociedade racista das Américas. Por que um branco brochado de negro? Pela inexistência de um intérprete dessa raça? Entretanto, lembrava que, em meu país, onde mais de vinte milhões de negros somavam a

quase metade de sua população de sessenta milhões de habitantes, na época, jamais assistira a um espetáculo cujo papel principal tivesse sido representado por um artista da minha cor. Não seria, então, o Brasil, uma verdadeira democracia racial? Minhas indagações avançaram mais longe: na minha pátria, tão orgulhosa de haver resolvido exemplarmente a convivência entre pretos e brancos, deveria ser normal a presença do negro em cena, não só em papéis secundários e grotescos, conforme acontecia, mas encarnando qualquer personagem – Hamlet ou Antígona – desde que possuísse o talento requerido (NASCIMENTO, 2004, p. 209).

A indignação foi sua motivação. Abdias, inconformado, questiona o papel destinado aos atores negros e está certo de que aquele que sente a dor pode encenar com total entrega qualquer personagem. A partir disso, muitas ações foram implementadas.

Abdias foi grande propulsor do I Congresso Afro-Campineiro, em 1938, e em 1950 o Teatro Experimental do Negro promoveu o I Congresso do Negro Brasileiro, no Rio de Janeiro. Também participou ativamente de todo o movimento negro brasileiro, em todas as suas fases – Amauri Mendes Pereira (2008) e Petrônio

Domingues (2007) identificam três, com características distintas: a primeira, do início do século até o golpe do Estado Novo, em 1937; a segunda, do período que vai do processo de redemocratização, em meados dos anos 1940, até o golpe militar de 1964; e a terceira, o movimento negro contemporâneo, que surge na década de 1970 e ganha impulso após o início do processo de abertura política, em 1974 (*apud* PEREIRA, 2010, p. 30-31).

Na primeira fase do movimento social negro brasileiro, as principais características eram a luta pela inclusão do negro na sociedade e a existência de um nacionalismo declarado pela Frente Negra Brasileira. A Frente tornou-se evidentemente a maior expressão do movimento, até mesmo em função da dimensão nacional e do grande número de participantes que conquistou entre 1931 e 1937, que, segundo depoimentos da época, variava de 40 mil a 200 mil sócios. Contudo, o grupo não mantinha total hegemonia de ideias, como afirmou José Correia Leite (1992) sobre os anos 30.

José Correia Leite foi um dos fundadores da Frente Negra Brasileira, mas desligou-se por ocasião da aprovação do estatuto da entidade por considerá-lo

divergente de sua ideologia. Percebeu uma “inclinação fascista” nos documentos, e assim se expressa:

Nós do grupo d'O *Clarim d'Alvorada*, no dia em que foram aprovados os estatutos finais, fomos combater porque não concordávamos com as ideias do Arlindo Veiga dos Santos. Era um estatuto copiado do fascismo italiano. Pior é que tinha um conselho de 40 membros e o presidente desse conselho era absoluto. A direção executiva só podia fazer as coisas com ordem desse conselho. O presidente do conselho era o Arlindo Veiga dos Santos, o absoluto (LEITE; CUTI, 1992, p. 94).

Sua luta continuou e Correia Leite fundou o Clube Negro de Cultura Social, em 1932. Participou da Associação do Negro Brasileiro, em 1945. Fundou a Associação Cultural do Negro (ACN) em 1954 e, em 1960, também teve participação na fundação da revista *Niger*, além de outras organizações.

Correia Leite (LEITE; CUTI, 1992, p. 167) relata que nas comemorações do quarto centenário da cidade de São Paulo nenhum negro foi indicado como importante para a formação da cidade. Por isso, a ACN foi criada em 1954, embora só tenha começado a funcionar em 1956.



Para divulgar as propostas e ações da FNB, foi criado o jornal *A Voz da Raça*, que circulou de 1933 a 1937, e este trazia em destaque a frase: “Deus, Pátria, Raça e Família”. O tema principal do grupo sempre foi apenas “Raça”, marcando forte seu conteúdo, e isso provocou dissidências. Em 1932 foi criada a Frente Negra Socialista, considerada uma dissidência da FNB, assim como o Clube Negro de Cultura Social.

Amilcar Araujo Pereira (2010, p. 32) relata que, em entrevista, Francisco Lucrecio, também fundador da FNB, negou contatos com a África, pois o grupo mantinha forte sentimento nacionalista, como descrito no texto a seguir:

[...] na Frente Negra não tinha essa discussão de volta à África. Tínhamos correspondência com Angola, conhecíamos o movimento de Marcus Garvey, mas não concordávamos. Nós sempre nos afirmamos como brasileiros e assim nos posicionávamos com o pensamento de que os nossos antepassados trabalharam no Brasil, se sacrificaram, lutaram desde Zumbi dos Palmares aos abolicionistas negros, então nós queríamos, nos afirmaríamos, sim, como brasileiros (BARBOSA, 1998, p. 46 *apud* PEREIRA, 2010, p. 32-33).

Dessa forma, Pereira expõe o pensamento do grupo e reforça características importantes no processo de constituição do movimento no Brasil. Fica marcada a luta pela igualdade na sociedade e a valorização de todos no processo empenhado.

No início da década de 1950, representantes da União dos Homens de Cor (UHC) foram recebidos em audiência pelo então presidente Getúlio Vargas, ocasião em que lhe foi apresentada uma série de reivindicações em favor da “população de cor”. A UHC tinha ações diferentes do Teatro Experimental do Negro e, embora oferecesse alfabetização para os atores negros, sua marca estava pautada no campo do protesto político e cultural. Seus princípios eram mais próximos da Frente Negra Brasileira: inserção do negro na sociedade brasileira através da educação.

Na década de 1960 e 1970, aconteceram alterações nos quadros políticos, culturais e de comportamento. A ditadura militar no Brasil também atingiu negativamente os negros. Nesse período, as organizações negras precisaram se transformar em entidades que geravam entretenimento. Por exemplo, foi criado o Centro de Cultura e Arte Negra, em São Paulo. E, mais tarde, surgiram grupos de música, dança e teatro que tentavam conscientizar a população.

Exemplo disso foi o Grupo Abolição, que surgiu em 1976 no Rio de Janeiro com o objetivo de ensinar a dança, a história e a cultura negra.

Além disso, nos anos 1970, as manifestações políticas ligadas ao negro que aconteciam no mundo impactaram os afro-brasileiros. Personalidades como Martin Luther King, Angela Davis e Nelson Mandela tornaram-se exemplos de luta contra a discriminação. Desde o início da década foram criados muitos movimentos, como o Grupo Palmares, criado em Porto Alegre em 1971; o Centro de Estudos e Arte Negra (Cecan), de 1972, em São Paulo; a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) de 1974, no Rio de Janeiro; e o Bloco Afro Ilê Aiyê, em Salvador, no ano de 1974.

A partir dessas manifestações, ativistas negros investiram na organização e fundamentação de seus ideais e, em 1977, nasceu em São Paulo o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial – chamado posteriormente de Movimento Negro Unificado (MNU) – em defesa das questões raciais.

O Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 13 de junho de 1964 com a finalidade de coordenar as atividades de informação e contrainformação em todo o país, produziu inúmeros relatórios sobre

assuntos julgados pertinentes à segurança nacional durante o regime militar. Entre esses relatórios, um conta de manifestação do “Movimento Unificado contra a Discriminação Racial” perto do Viaduto do Chá, em São Paulo, em 1978 (ALBERTI; PEREIRA, 2007). O ato público ficou registrado no Arquivo Ernesto Geisel, depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Não foi o único documento produzido pelos órgãos de informação da época sobre as atividades de militantes e organizações do movimento negro.

Ao longo do século XX, embora com fases muito definidas, como mencionado, é possível constatar no movimento muitos elementos comuns, muitas continuidades em relação às formas de atuação de seus ativistas. Também se percebe a ocorrência de intercâmbios entre militantes, que informaram e contribuíram para a construção das organizações negras brasileiras. Entre as muitas marcas de vários movimentos, chama atenção a oposição ao chamado “mito da democracia racial”.

Joel Rufino dos Santos esclarece sobre a relação entre a constituição do movimento negro e a denúncia do mito:

O movimento negro, no sentido estrito, foi na sua infância (1931-45) uma resposta canhestra à construção desse mito. Canhestra porque sua percepção das relações raciais, da sociedade global e das estratégias a serem adotadas permanece no ventre do mito, como se fosse impossível olhá-lo de fora – e, de fato, historicamente, provavelmente o era. Para as lideranças do movimento negro, catalisadas pela imprensa negra que desembocou na FNB, o preconceito antinegro era, com efeito, residual tendendo para zero à medida que o negro vencesse o seu “complexo de inferioridade”; e através do estudo e da autodisciplina, neutralizasse o atraso causado pela escravidão. Na sua visão – comprovando a eficácia do mito –, o preconceito era “estranho à índole brasileira”; e, enfim, a miscigenação (que marcou o quadro brasileiro) nos livraria da segregação e do conflito (que assinalavam o quadro norte-americano), sendo pequeno aqui, portanto, o caminho a percorrer. [...] Foi só nos anos 1970 que o movimento negro brasileiro decolou para atingir densidade e amplitude atuais (SANTOS, 1985, p. 289).

Verifica-se em relatos e documentos a frase “Por uma verdadeira democracia racial”, ou “Por uma

autêntica democracia racial”, em protesto à ideia de que não havia racismo no Brasil. Desde a carta aberta divulgada no ato público de 1978, organizado pelo MNU, podem-se encontrar os lemas citados. Sérgio Costa afirma que o MNU, em meio ao contexto histórico social de lutas contra a ditadura militar vigente no país, se “constitui como um movimento popular e democrático”:

Além do caráter popular, ausente no projeto do Teatro Experimental do Negro, o MNU se distingue do TEN por sua crítica ao discurso nacional hegemônico. Isto é, enquanto o TEN defendia a plena integração simbólica dos negros na identidade nacional “híbrida”, o MNU condena qualquer tipo de assimilação, fazendo do combate à ideologia da democracia racial uma das suas principais bandeiras de luta, visto que aos olhos do movimento, a igualdade formal assegurada pela lei entre negros e brancos e a difusão do mito de que a sociedade brasileira não é racista teriam servido para sustentar, ideologicamente, a opressão racial. Assim, os conceitos “consciência” e “conscientização” passam a ocupar, desde a fundação do MNU, lugar decisivo na formulação das estratégias do movimento (COSTA, 2006, p. 144).

O MNU se destaca ao trazer à tona aquilo que talvez tivesse contribuído para sustentar continuidades dos preconceitos e racismo. Enfrentar a questão da democracia racial, criando consciência e conscientizando a população no combate ao mito, foi também seu papel e objetivo. Em 1978, reivindicando a reavaliação do papel do negro na história do Brasil e a valorização da cultura negra, o MNU criou a “Carta de Princípios” que mostrava o que era ser negro e todo o esforço para se organizar o Movimento Negro no Brasil.

Nós, membros da população negra brasileira – entendendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça –, reunidos em Assembleia Nacional, convencidos da existência de discriminação racial, marginalização racial, política, econômica, social e cultural do povo negro, péssimas condições de vida, desemprego, subemprego, discriminação na admissão em empregos e perseguição racial no trabalho, condições subumanas de vida dos presidiários, permanente repressão, perseguição e violência policial, exploração sexual, econômica e social da mulher negra, abandono e mal tratamento dos menores, negros em sua maioria, colonização,

descaracterização, esmagamento e comercialização de nossa cultura, mito da democracia racial. Resolvemos juntar nossas forças e lutar por: defesa do povo negro em todos os aspectos [...]; maiores oportunidades de emprego; melhor assistência à saúde, à educação, à habitação; pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil; valorização da cultura negra [...]; extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que somos submetidos; liberdade de organização e de expressão do povo negro. E, considerando enfim que nossa luta de libertação deve ser somente dirigida por nós, queremos uma *nova sociedade onde todos realmente participem, [...]*. Nos solidarizamos com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira [...] e com a luta internacional contra o racismo. Por uma autêntica democracia racial! Pela libertação do povo negro! (MNU, 1978).

Na década de 1980, apareceram reflexos da luta: algumas reivindicações foram contempladas na Constituição de 1988. O artigo constitucional 242, no parágrafo 1º, determina a inclusão nos currículos escolares de conteúdos que até então não eram exigidos: “O ensino da História do Brasil levará em conta

as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”.

Segundo Martha Abreu e Hebe Mattos (2008, p. 6),

Desde o final da década de 1990, as noções de cultura e diversidade cultural, assim como de identidades e relações étnico-raciais, começaram a se fazer presentes nas normatizações estabelecidas pelo MEC com o objetivo de regular o exercício do ensino fundamental e médio, especialmente na área de história. Isso não aconteceu por acaso. É na verdade um dos sinais mais significativos de um novo lugar político e social conquistado pelos chamados movimentos negros e antirracistas no processo político brasileiro, e no campo educacional em especial.

Um movimento de destaque foi realizado pela mobilização dos remanescentes quilombolas, sendo uma das vitórias a inserção do Artigo 68 das Disposições Transitórias na Constituição Federal, que reconhece e legaliza a posse das terras onde os quilombolas se estabeleceram há muitos anos. Partidos políticos e grupos da Igreja Católica começaram a incluir em suas pautas o tema do racismo.

As primeiras conquistas do Movimento Negro e antirracista no processo político brasileiro se tornaram visíveis no início dos anos 1990, quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC), hoje Ministério da Educação, se rende ao movimento normatizando os estudos de identidades, diversidade cultural e relações étnico-raciais.

O Movimento Negro representa um significativo marco na história das conquistas políticas e sociais. Tanto as Diretrizes Curriculares Nacionais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apontam a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana como possibilidade de correção das desigualdades históricas na sociedade brasileira. Independentemente do processo de sua criação, as normas são veiculadas e entram em vigor, todavia não se pode desconsiderar a eficácia do trabalho de professores na efetivação da lei.

Sabemos que, mesmo passando por constantes avaliações, os materiais didáticos ainda mantêm ranços de um período autoritário de um discurso eminentemente branco e eurocêntrico, propagando a defesa de um Brasil homogêneo, sem diferenças. O que acaba por ofuscar e dissimular o racismo e gera grande

repercussão na vida social – sob o manto da igualdade, muita discriminação permanece.

Os movimentos negros ganharam destaque na mídia a partir de 1995, quando houve a Marcha Zumbi+10, realizada em Brasília, onde os militantes levaram uma série de reivindicações para o presidente da República, na época Fernando Henrique Cardoso. Foi nesse governo que se criou o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, através do decreto s/nº de 20 de novembro de 1995.

Em 1996, várias propostas para a defesa da população negra foram inseridas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e deram oportunidade para que assuntos relacionados à educação, ações afirmativas e órgãos direcionados aos negros fossem criados.

Em 2001, a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou a Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, na África do Sul. Inúmeros países participaram, porém marcou forte presença o governo brasileiro, que muito antes da Conferência já se preparava para fazer efetiva participação. O Brasil assumiu um papel protagonista na defesa da população afrodescendente, reivindicando, através das instâncias governamentais e dos movimentos sociais, melhorias das condições de

moradia, de educação, de saúde, de lazer, de segurança pública e de trabalho.

A Conferência de Durban é considerada o fechamento de um ciclo de conferências contra o racismo e a discriminação que teve início em 1973. Esta tem a particularidade de ter pleiteado e declarado não apenas o reconhecimento das explorações ou discriminações, seja contra grupos étnicos, culturais ou de gênero, mas também a urgente retratação dos culpados (colonizadores, exploradores) e a justa reparação dos povos atingidos e explorados, destacando-se aí os afrodescendentes e indígenas da América Latina.

Podemos identificar, portanto, a Lei nº 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003 pelo recém-empossado presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, como um dos resultados desse novo lugar político e social e das várias reivindicações dos movimentos negros ao longo das últimas décadas.

Ainda em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), no dia 21 de março, data instituída pela ONU como o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.



Também são fruto de tanta luta as ações afirmativas voltadas para corrigir as desigualdades sociais, raciais e econômicas. Algumas adotadas no Brasil merecem destaque: programa de bolsas de estudo; cotas para inclusão de negros nas universidades; prioridade para empréstimos; distribuição de terras e moradias – todas parecem indícios de mudanças em relação ao racismo no Brasil.

A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, e as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana abrem portas para a desconstrução de signos sociais vigentes nas relações étnico-raciais e, concomitantemente, para a construção de outros que permitam uma ressignificação da presença negra e indígena na sociedade brasileira.

Conhecedora de que a população negra brasileira vive em condições sociais inferiores à média nacional, Cândida Soares da Costa (2010, p. 13) afirma que essa questão já foi denunciada tanto por dados oficiais como por pesquisas filiadas às ciências humanas e sociais que esmiúçam os porquês dessa realidade. Diz ainda:

[...] a obrigatoriedade de inclusão de conteúdo de história e cultura afro-brasileira somente não

basta. Essa inclusão implica também mudança de concepções e de procedimentos metodológicos, de estratégias e de recursos. Esses métodos, estratégias e recursos, considerados sob as perspectivas cognitivas e afetivas, devem estar voltados não somente à aquisição de conhecimentos, mas também ao desenvolvimento de subjetividades que possibilitem a cada sujeito reconhecer, respeitar e valorizar a si e ao outro, ambos igualmente, como partes integrantes da diversidade humana. Exigem, portanto, como suporte, concepções e compromisso social e ético docente na tarefa de derrotar o racismo, mediante a igual valorização, na prática educativa escolar, dos diferentes povos, suas histórias e culturas nos mais diversos aspectos, como por exemplo: linguísticos, religiosos, estéticos, artísticos e pertinentes à corporeidade, de modo a superar a visão etnocêntrica que coloca a Europa, e tudo que lhe diz respeito, como o centro absoluto de referência da humanidade. Nessa perspectiva, devem possibilitar equitativamente a todos, condições didáticas de acesso aos conhecimentos, e às significações positivas implicadas na presença de cada grupo que compõem a população nacional (COSTA, 2010, p. 16).

A obrigatoriedade de inclusão da lei no currículo da Educação Básica é uma decisão política, com repercussões pedagógicas, especialmente no tocante à formação de professores. Para derrotar o racismo, é necessário que se unam forças. As leis estão postas, mas é necessário que sejam cumpridas. Além disso, é preciso postura ética e moral de todos na construção dos saberes – professores, escola, currículo, trabalhando para valorizar outros continentes além do europeu. E principalmente a história e cultura de seu povo, reparando erros que se perpetuam há séculos, garantindo a identidade e os direitos de todos.

Cabe ao professor atenção especial e cuidados na escolha de todo e qualquer material que possa ser veiculador de mensagens, histórias e preconceitos que reforcem aquilo que há anos a população negra e a indígena lutam para superar.

#### **ANÁLISE DOS LIVROS PARA ENSINO FUNDAMENTAL DO SISTEMA POSITIVO**

Como mencionado anteriormente, a Editora Positivo edita, publica e comercializa material didático e está presente em mais de 1.300 municípios e 5 mil

escolas do Brasil e do Japão. Oferece dois sistemas de ensino: o Sistema Positivo de Ensino, voltado à rede de escolas particulares, e o Sistema de Ensino Aprende Brasil, direcionado para atender escolas públicas.

A análise compreende verificar como está apresentada na coleção voltada à escola privada a história do negro no Brasil, a história da África e da cultura afrodescendente, como estabelece a Lei nº 11.645/2008. Para todos os anos escolares, os livros foram subdivididos em bimestres: são quatro volumes por ano, com uma média de três a quatro capítulos cada um. Para efeito de seleção e limitação do espaço de um artigo, recortamos os volumes do primeiro bimestre de cada ano do Ensino Fundamental II.

#### **Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano)**

##### **6º ANO – PRIMEIRO VOLUME (1º BIMESTRE)**

No primeiro capítulo, o subtítulo é “Para Compreender o Passado e o Presente”. Faz referência a um passado eurocêntrico utilizando um quadrinho da história de Asterix e Obelix enaltecendo o Império Romano. No item seguinte, “Organizando a História”, faz uma periodização eurocêntrica iniciada com a pré-

história antes de 4000 a.C.; Idade Antiga: A Criação da Escrita e o fim do Império Romano; Idade Média: Os Reinos Bárbaros, Germânicos até a Conquista de Constantinopla; Idade Moderna: Queda de Constantinopla até a Revolução Francesa; Idade Contemporânea: Revolução Francesa à Atualidade.

No segundo capítulo, no item “Os Primeiros Agrupamentos Humanos”, mostram-se três imagens de pinturas rupestres, entre elas uma com a localização do sul da Argélia. Porém, no texto não faz nenhuma referência à África como berço da humanidade.

No item seguinte, “Caçadores Coletores e Nômades”, o texto só faz referência ao período paleolítico e neolítico, e novamente não menciona a África, onde se desenvolveram os primeiros agrupamentos humanos no paleolítico. Para ilustrar o domínio do fogo pelo homem, há uma imagem, na página 22, de dois jovencinhos de pele roseada – um de cabelo liso loiro e o outro de cabelo liso preto – manipulando gravetos em atrito, praticando a técnica do fogo.

No item “Primeiras Migrações”, a página é ilustrada com o mapa do mundo mostrando o deslocamento humano entre os outros continentes, com setas, e no texto faz uma breve citação sobre a

África relatando: “As primeiras evidências de presença humana foram encontradas na região Leste da África”.

No item “Agricultores e Sedentários”, na página 24, há a imagem de um agrupamento humano no período neolítico. Detalhe: todos os humanos retratados são de pele roseada, de cabelo liso – ruivo, branco e um preto acastanhado. Na legenda da ilustração há uma referência especificando que aquelas eram as primeiras sociedades humanas. Contudo, há que se observar que as primeiras sociedades humanas são remanescentes da África Meridional, o que leva a contestar a figura e o texto que a acompanha no material didático.

O terceiro capítulo, sobre a Mesopotâmia, traz um mapa da região denominada Crescente Fértil, que engloba o Egito antigo, a Palestina e a Mesopotâmia. É a única referência à África.

O quarto capítulo inicia com duas imagens, das dunas do deserto do Saara e do deserto da Arábia Saudita. As páginas seguintes trazem o mapa do alto e baixo Egito mostrando as fronteiras do continente africano. Todavia, em um capítulo de 12 páginas, com mapas, imagens e textos, em nenhum momento faz-se referência à localização geográfica do Egito como um reino entre tantos outros na África. O capítulo trata de

assuntos corriqueiros ao tema sem especificar que aquela era uma sociedade africana. Inclusive mostrando muitas imagens retratando pessoas brancas.

#### 7º ANO – PRIMEIRO VOLUME (1º BIMESTRE)

No primeiro capítulo, “Feudalismo”, não há nenhuma citação em relação à temática da África ou dos negros.

No segundo capítulo, “Renascimento Comercial e Urbano”, há na página 19 um mapa que retrata a Europa e o norte da África, com linhas tracejadas mostrando as rotas comerciais da Europa medieval com cidades litorâneas ao norte da África. Rotas essas dominadas por Veneza, conforme a legenda no mapa. Outro mapa na página 25 espelha as cruzadas no norte da África com as cidades de Tânger, Túnis e Damietta como entrepostos da terceira cruzada e da cruzada de São Luís, a sétima.

No terceiro e no quarto capítulo, “A Crise do Sistema Feudal” e “Renascimento Cultural”, não foi encontrada nenhuma citação sobre África.

#### 8º ANO – PRIMEIRO VOLUME (1º BIMESTRE)

Os três primeiros capítulos tratam, respectivamente, sobre “Revoluções Inglesas”, “Antigo

Regime” e “Iluminismo”. Nestes, não há nenhuma descrição sobre os povos africanos ou afro-brasileiros.

No quarto capítulo o tema é “Brasil Colonial – A Sociedade Mineradora”. Embora haja imagens de obras de Antônio Parreiras, “O Julgamento de Felipe dos Santos” (1923); de Rugendas, “Lavagem de Ouro de Itacolomi” (1835); Carlos Julião, “Extração de Diamantes” (1776); e tantas outras, o texto fica centrado nas questões econômicas advindas da descoberta do ouro. E chega a tratar aqueles que trabalhavam nas minas como mineiros ou garimpeiros, sendo que poucas vezes faz menção à mão de obra africana que se fez escrava e aos afro-descendentes.

#### 9º ANO – PRIMEIRO VOLUME (1º BIMESTRE)

O primeiro capítulo é “Imperialismo: África e Ásia”. Neste, a África é apresentada como um continente colonizado pelos europeus a partir da segunda metade do século XIX, onde extraíam-se suas riquezas naturais e explorava-se mão de obra nativa.

Na página 11, duas imagens retratam a violência contra os negros no Congo Belga, mostrando-os mutilados e surrados.

Os dois capítulos seguintes não fazem menção à temática da África ou dos negros.

O quarto capítulo, “Brasil: a Primeira República”, trata dos movimentos trabalhistas, de greves e passeatas em São Paulo, mas são citados apenas os trabalhadores imigrantes europeus (operários das fábricas).

No material do 9º ano, o esquecimento e o silêncio a respeito das temáticas do negro e do índio são imensos, é como se não existissem movimentos sociais na história contemporânea brasileira.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Lei nº 11.645/2008 abriu perspectivas de valorização do negro e do índio, promovendo a história da cultura da África, afro-brasileira e indígena no cotidiano escolar. Os materiais utilizados para ensinar História são basicamente os livros didáticos, e a escolha que fizemos se deu pela proporção que esse material ocupa na educação escolar. O debate em torno do livro didático se acalorou a partir da segunda metade dos anos 1980. Para alguns, o livro é material imprescindível na relação ensino-aprendizagem. Para outros, é camisa de força que, se não impossibilita, dificulta a produção e

a transmissão do conhecimento e inibe nos estudantes a reflexão crítica.

Desde 1994, o governo federal tornou obrigatória a distribuição gratuita do livro didático, através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e conforme sua utilização, cada vez mais acentuada, mais significativo é o papel que desempenha na formação cultural e ideológica da sociedade brasileira. É preciso se ter em mente que se trata de um objeto cultural complexo, que se caracteriza por sua produção, circulação e consumo. Nele estão envolvidos diversos atores sociais que, intencionalmente ou não, o utilizam como instrumento de difundir ideias, identidades culturais e tradições, o que pode influenciar na construção de conhecimentos impregnados de valores que ditam determinadas compreensões sobre a construção histórico-cultural da nação.

Sendo o livro didático um agente direto ou indireto de um sistema de valores e de uma cultura, ainda nele se veem textos e imagens que propagam os modelos padronizados de uma sociedade eminentemente branca e burguesa.

Ensinar História da África é uma das formas de se tentar romper com a estrutura eurocêntrica que caracteriza a formação escolar no Brasil. O fazer e o

acontecer das ações afirmativas e políticas institucionais nos setores da educação não se restringem ao papel do Estado, mas envolvem um compromisso com a cidadania. Ações coletivas são necessárias para rever e modificar a histórica situação de desigualdade e discriminação a que estão submetidas as populações negras e indígenas. Tais ações afirmativas estão voltadas às garantias e às representatividades dos grupos historicamente discriminados, no tocante às questões da diversidade e pluralidade cultural, política, social e étnica. Da primeira década do século XXI aos dias atuais, tem-se no Brasil buscado reduzir paulatinamente as desigualdades sociais historicamente impostas.

As manifestações de racismo, declaradas ou escamoteadas, são constatadas nos mais distintos setores da sociedade brasileira, a começar pelo ambiente escolar, cujos espaços de convivência oportunizam o aprendizado de conteúdos impregnados de valores e preconceitos étnico-raciais. Mesmo por força da lei, não é possível garantir o fim do racismo; busca-se ou pretende-se diminuí-lo e questioná-lo. A questão é complexa e envolve os materiais didáticos de apoio, a formação e a qualificação do professor, para que o docente possa construir com os estudantes os

conhecimentos das temáticas envolvidas, especificamente a História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Para a efetivação desse projeto é necessário o envolvimento de toda a escola e das demais áreas do conhecimento, não só as “especiais”, como citadas na lei (História, Educação Artística e Literatura), ou, ainda, apenas as datas festivas (19 de abril, 13 de maio ou 20 de novembro).

O currículo é um produto construído e negociado nas relações de poder existentes em diferentes esferas do processo educativo. Como diz Tomaz Tadeu da Silva (2007, p. 150), “no currículo se forja nossa identidade”. Ele pode ser compreendido como um lugar ou espaço onde se constroem relações. Sendo assim, aquilo que é levado para a escola pode ser estabelecido pela conjuntura política e social, ou ressignificado pelos atores – professores e estudantes, especialmente.

O ensino na escola é uma tentativa, por parte do Estado brasileiro, de reparação pelo débito histórico em políticas públicas, em especial para com as populações negras. Vencer os estereótipos e combater o racismo, e todas as formas de preconceito, é uma das questões mais urgentes da contemporaneidade. Portanto, iniciar pela escolha do material didático, atualizado, é uma ação – nunca isolada – que pode contribuir na formação



de novos cidadãos com atitudes pró-ativas, aceitando e respeitando as diferenças.

Na análise do material do Sistema Positivo de Ensino, constatou-se que os livros didáticos – embora por força da Lei nº 11.645/08 apresentem capítulos específicos sobre a África e os povos pré-cabralinos – mantêm como linha mestra de sua narrativa e argumentação histórica uma visão eurocêntrica ao tratar de assuntos referentes à cultura negra e africana.

Com relação ao continente africano, o manual didático apresenta em seu capítulo destinado à África apenas os reinos africanos de Gana e Songai e retrata o contato entre europeus e povos africanos nas costas Atlântica e Índica. Quanto aos negros e afrodescendentes, aparecem na condição de escravos conduzidos pelo tráfico às Américas.

É evidente a relação entre a desqualificação docente e o uso/consumo de livros didáticos. Isso favorece o mercado editorial uma vez que, na maioria das vezes, são os únicos referenciais que os professores acionam no exercício da docência. Com isso, os livros didáticos se transformaram em “verdadeiros pacotes educacionais”, como descreve Bittencourt (2004, p. 298). O mercado assimilou as deficiências docentes e passou a servir a essa demanda.

Para finalizar, livro didático, conteúdo, currículo e formação docente são componentes desse desenrolar de ideias sobre a aplicação das leis para valorizar os sujeitos negros como protagonistas da história. Muito ainda há por fazer e acontecer.

#### REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, jan./jun. 2008.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (Org.). **Histórias do movimento negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

ANDREWS, George R. **Negros e brancos em São Paulo**. Bauru: Edusc, 1998.

BITTENCOURT, Circe. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004.

COSTA, Cândida S. da. Educação para as relações étnico-raciais e o ensino de Literatura. In: SANTOS, Ângela Maria dos; SILVA, João Bosco da (Org.). **Educação com diálogos com a diversidade**. Cuiabá: KCM Editora, 2010.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos**: teoria social, antirracismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, 2007.

LEITE, José Correia; CUTI, Luiz Silva (Org.). **...E disse o velho militante José Correia Leite**: depoimentos e artigos. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

MNU – Movimento Negro Unificado. **Carta de Princípios**. 1978. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questao-racial/afrobrasileiros-a-suas-lutas/3227-movimento-negro-unificado-1978-1988-10-anos-de-luta-contra-o-racismo-sao-paulo-confraria-do-livro-1988>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, 2004.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e perspectivas do Movimento Negro Brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

PEREIRA, Amilcar A. **O mundo negro**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

RIBEIRO, Renilson R. Exóticos, infantis e submissos na colônia identitária: as representações dos negros nos livros didáticos de História do Brasil. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 38, p. 43-77, jan./jun. 2008.

SANTOS, Joel Rufino dos. O Movimento Negro e a crise brasileira. **Política e Administração**, v. 2, p. 287-307, jul./set. 1985.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004. (Pensamento e Ação no Magistério).

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade.** Uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Cardoso de Andrade abriu a 1 sessão da 18 legislatura da Assembleia Provincial do Amazonas em 5 setembro de 1888.

RELATÓRIO com o Exm. Sr. Dr. Joaquim de Oliveira Machado presidente da Província do Amazonas instalou a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa provincial no dia 2 de junho de 1889.

Recebido em: 12/05/2016

Aprovado em: 18/05/2016

Publicado em: 30/07/2016